

Cidade invisível: mapa afetivo da Vila Paranoá e seus quintais de memórias

Gerson de Castro Silva

da Universidade de Brasília - Distrito Federal – Brasil
atelielculturalcactusgc@gmail.com

Sidelmar Alves da Silva Kunz

da Universidade de Brasília - Distrito Federal – Brasil
sidel.gea@gmail.com

Sandra Regina Santana Costa

da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – Brasília - Brasil
sancosta3@gmail.com

Resumo: O trabalho visa constituir um Mapa Afetivo da Vila Paranoá e seus Quintais de Memória, tendo como referência a ordem tópica, a partir das pessoas e seus lugares, em valorização da educação patrimonial centrada na história dos moradores da antiga Vila Paranoá. Durante três décadas os operários candangos e moradores da Vila Paranoá, acampamento remanescente da construção da Barragem do Lago Paranoá, lutaram pelo direito a moradia e reconhecimento da área. Em 1989, com a mudança de governador no Distrito Federal, foi sancionado o decreto que entre outras medidas estabeleceu a transferência da população da Vila Paranoá para área vizinha, fato que se constituiu como uma afronta aos moradores. O processo de transferência das famílias para o loteamento provocou esvaziamento da área conhecida como Vila Paranoá. Com isso, descaracterizou-se e se desconstruiu o Núcleo Habitacional e as relações de vizinhança e convivência coletiva e afetiva que vinham sendo consolidada ao longo de décadas. O resultado dessa dinâmica foi um cenário de apenas algumas edificações restantes. As árvores dos quintais e as ruínas evidenciam todo o cotidiano de luta, resistência e história de gerações, que, na atualidade, estão abrigadas no Parque do Paranoá, bem como em outras áreas do entorno.

Palavras-chave: Memória. Patrimônio. Vila Paranoá. Quintais de Memória.

Introdução

Brasília, capital do Brasil, foi projetada tendo como pilar os princípios urbanísticos do século XX da Carta de Atenas (1943) e na maneira de pensar do urbanismo nos escritos de *Le Corbusier*. O Plano Piloto, considerado como Brasília, foi desenvolvido a partir das ideias do arquiteto Lúcio Costa, o qual representa um marco importante no desenho urbano mundial que lhe garantiu o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, em 1987.

Assinalamos que a transferência da capital foi sugerida desde o Império. Em 1821, o Vice-Presidente de São Paulo, José Bonifácio de Andrade e Silva, recomendou à Corte de Lisboa a interiorização da Capital do Império e sugeriu sua localização a “15 graus de latitude, em sítio ameno, fértil e regado por algum rio navegável” (AUDRA, 1969, p. 290). Segundo o autor, depois de promulgada a primeira Constituição da República, que determinou a mudança da Capital do Brasil para o Planalto Central, ocupou-se uma área de 14.400 quilômetros quadrados (AUDRA, 1969).

A primeira Comissão Exploradora do Planalto Central foi constituída em 1892 pelo presidente Floriano Peixoto, e coordenada por Luiz Cruls, chefe do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro. No mesmo ano, o coordenador partiu do RJ com a Missão Cruls, composta por 22 técnicos, entre astrônomos, médicos, farmacêutico, geólogo, botânico, naturalistas, mecânico, auxiliares e militares. No ano seguinte, foi editado o Mapa do Brasil, contendo no Planalto de Goiás um retângulo indicando “Futuro Distrito Federal” e em 1899 a mudança da Capital foi consignada na Constituição Provisória. O Presidente Epitácio Pessoa, em 7 de setembro de 1922, lançou a Pedra Fundamental da futura Capital dos Estados Unidos do Brasil em comemoração ao Centenário da Independência. Em 1955, o governador de Goiás, José Ludovico de Almeida, criou a Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital, bem como desapropriou a área para instalar o Distrito Federal. Juscelino Kubitschek, por seu turno, assumiu o compromisso com a transferência da Capital.

Por meio de concurso foi escolhido, em 1955, o projeto da nova capital do Brasil do arquiteto Lúcio Costa o qual visava estabelecer o encontro dos eixos a partir de um conceito simples e universal. Uma Brasília moderna e planejada, voltada para o futuro, mas ao mesmo tempo com características funcionais. A Constituição de 1988, em seu artigo 32, vedou expressamente a divisão do Distrito Federal em municípios. O Distrito Federal foi dividido em 31 regiões administrativas. O Distrito Federal passou a chamar de cidades os diversos núcleos urbanos sedes das regiões administrativas. Alguns destes núcleos são mais antigos do que a própria Brasília, como é o caso de Planaltina, que era município de Goiás antes de ser incorporada ao Distrito Federal e Brazlândia, fundada na década de 1930.

Com a construção da nova Capital, deu-se início a uma verdadeira epopeia. Chegaram pessoas dos mais variados recantos brasileiros, principalmente do Norte e do Nordeste com o propósito de trabalhar na construção da nova cidade. Esses trabalhadores passaram a ser designados de Candangos. Nesse cenário de fluxo

migratório, ergueram-se as primeiras moradias, algumas rústicas, outras mais requintadas, porém todas de madeira, como por exemplo: o Catetinho, a Residência do Presidente, as casas destinadas aos engenheiros e mestres de obras e os alojamentos dos operários.

Em decorrência do grande fluxo de pessoas que chegaram para trabalhar nas obras da nova Capital, foram surgindo “acampamentos” que, posteriormente, transformaram-se em grandes ocupações irregulares, dentre as quais citamos: Vila Planalto, Vila Telebrasília, Vila Paranoá, Cidade Livre, Vila do IAPI e Metropolitana, locais das moradias dos cangangos (pioneiros), somados a outros núcleos que já existiam no estado de Goiás, como foram os casos de Planaltina e Brazlândia que se tornaram incorporados ao perímetro demarcado para Brasília e que passam a integrar o conjunto das regiões administrativas do Distrito Federal.

Durante a construção de Brasília, iniciou-se a criação de núcleos habitacionais para abrigar os trabalhadores que aqui chegavam. A Cidade Livre, posteriormente denominada de Núcleo Bandeirante surgiu em 1956. A Vila Paranoá abrigou os trabalhadores que vieram construir a Barragem do Lago Paranoá em 1957. “Taguatinga foi criada em 1958, Gama e Sobradinho em 1960, e passaram à condição de cidades-satélites em 1967” (CODEPLAN, 2014, p. 24).

Dado esse contexto, o objetivo do presente trabalho foi constituir um Mapa Afetivo da Vila Paranoá e seus Quintais de Memória, tendo como referência a ordem tópica, a partir das pessoas e seus lugares, em valorização da educação patrimonial centrada na história dos moradores da antiga Vila Paranoá. Desse modo, o estudo afirma a importância desse antigo núcleo de pioneiros chamado Vila Paranoá, inaugurado em 1957, como espaços de memória da epopéia da construção de Brasília. Esse por sua vez considerado o acampamento dos operários e suas famílias que trabalharam na construção da Barragem do Lago Paranoá.

A partir da exploração analítica dos documentos técnicos e jurídicos, periódicos, acervos imagéticos oficiais e privados com o fito de catalogar a memória e a história da antiga Vila Paranoá, foi possível mapear e registrar lugares para identificar antigos moradores, espaços e memórias comuns.

Buscou-se resgatar as lembranças e histórias do local, fazendo uso do método etnográfico, documental e história de vida, de forma a contribuir para a construção de uma cartografia afetiva da Vila Paranoá, cujo objetivo é compreender o lugar como

espaço de memória a ser preservado dentro do contexto histórico das regiões administrativas do Distrito Federal.

Após fazer uma panorâmica no material alcançado para a pesquisa, percebemos a Vila Paranoá em seu cotidiano comunitário, podemos observar sua dinâmica de trabalho e lazer. Destacamos que as atividades de diversão se davam em grande parte nas proximidades do lago. A análise das imagens e fotografias nos mostrou um local pacato e tranquilo. A pesquisa confirmou que a maioria dos moradores se conhecia em razão de mais de três décadas de convivência, detalhes que nos fizeram caracterizar o espaço com uma ideia de interior.

A importância do registro memorial e da vivência foi documentado por intermédio de textos, imagens fotográficas e artísticas. A transferência da Vila Paranoá resultou no surgimento de uma cidade visível (Paranoá) e uma invisível (Parque Urbano Vivencial que guarda o Sítio Arqueológico da Antiga Vila Paranoá).

Os resquícios da existência da Vila Paranoá são as plantações de árvores frutíferas que se localizavam em quintais das casas daquela época, as trilhas, as ruínas, as cacimbas, as caixas e as minas de águas que marcam presença de rastros humanos e de muitas histórias vividas.

O título “Cidade Invisível”, mesmo passado trinta anos de remoção da Vila Paranoá para atual cidade, é coerente, visto que mesmo que totalmente urbanizada, a identidade e as origens ficaram eternizadas nas árvores plantadas, nos caminhos tracejados e percorridos por toda uma geração, as memórias, os sonhos invisíveis no morro que um dia foi a Vila Paranoá. Hoje chamado Parque Urbano e de proteção ambiental: um grande quintal de memória a ser preservado e valorizado como patrimônio e paisagem cultural construído por todos que lá moraram e ainda moram.

A Vila Paranoá nasceu a partir da construção da Barragem do Lago Paranoá, que sofreu um processo de remoção para área vizinha, no ano de 1989, assim, formou-se a cidade do Paranoá e a área que era a Vila deu lugar ao Parque Urbano, conhecido como Parque Vivencial do Paranoá, localizado entre o Lago Sul e o Lago Norte, próximo à Barragem do Lago. Esse Parque é um quintal de memórias que retratam as vivências da comunidade de famílias pioneiras do Paranoá e da construção de Brasília, as quais ali residiram por três décadas.

Material e métodos de pesquisa

Expomos, por meio de documentos e relatos, o que originalmente se constituiu como a Vila Paranoá: suas ruas, os lugares, as famílias – personagens e modos de vida da gente que viveu por anos no mesmo local. No entanto, após muitos embates para se conquistar o direito de uma moradia, essas pessoas tiveram que deixar para trás seus antigos quintais e serem removidos para a “nova cidade” do Paranoá, acontecimento ocorrido no final dos anos oitenta e início dos noventa do século passado.

Os fatos foram registrados por meio dos decretos e leis do período a partir de 1956, bem como em artigos de periódicos e publicações acadêmicas de variados temas e pesquisas científicas e, mais particularmente, na memória dos moradores a partir dos relatos durante as entrevistas gravadas e abordagens via redes sociais virtuais ou de forma direta, que configuram como método de pesquisa documental e etnográfica.

A fundamentação teórica dessa pesquisa usou documentos, fotos de época, ilustrações em forma de arte, poesias e músicas sobre a cidade, cartazes contendo nomes de ruas, depoimentos, filmagens, impressos como reportagens de jornais de grande circulação e jornais populares de época, vídeos, pesquisa de campo, legislações, pesquisas acadêmicas de graduações, mestrado e doutorado - nos mais variados campos científicos que abordam a temática na perspectiva histórica e cultural de cidades com problemática próxima da vivida em Paranoá.

O termo “cidade invisível” reporta-se ao conceito de invisibilidade social aplicado, em geral, quando se refere a seres socialmente invisíveis, seja pela indiferença, seja pelo preconceito. Essa visão nos levou a compreender que tal fenômeno atinge tão somente aqueles que estão à margem da sociedade (SOUZA, 2006).

Destacamos que Souza (2006) desenvolveu uma teoria social crítica para explicar a modernidade periférica e a elaboração de uma alternativa teórica em relação aos paradigmas do personalismo/patrimonialismo. Outra contribuição importante acerca da invisibilidade diz respeito ao estudo de Costa (2004) que abordou a existência de homens invisíveis (garis que trabalhavam na Universidade de São Paulo) os quais passaram por humilhações sociais que foram registradas em sua pesquisa etnográfica. O método etnográfico é definido como uma investigação naturalista sustentada na observação e na descrição com a finalidade de promover a explicitação contextual de modo aberto e profundo (MARCONI; LAKATOS, 2007). Seu objetivo é combinar o ponto de vista do observador interno com o externo e descrever e interpretar a cultura. Muito usado nas pesquisas antropológicas, o método requer a permanência no campo em tempo suficiente para assegurar uma interpretação correta dos fatos observados.

Essa foi a orientação metodológica adotada em nossa pesquisa

Mapeamento afetivo da Vila Paranoá

As ruas da Vila Paranoá nos fizeram notar, através de um recorte, que se trata da tradução das experiências adquiridas no cotidiano, nas brincadeiras, no encontro de amigos de infância, nas dificuldades e alegrias, na vizinhança, nas relações de amizade e cumplicidade. Percebemos que a vida pulsava na Vila, todos se conheciam, as ruas tinham nomes de Santos e de Santas, de personalidades, de estados de origem, de sobrenomes de famílias, de empresas urbanizadoras da Capital, como por exemplo: Rua Souza, Rua Maranhão, Rua Ceará, Rua São José, Rua Santa Luzia, Rua Santo Antônio, Rua João Paulo II, Rua Portuária, Rua Rodobrás, Rua São José, Rua São Francisco... Consideramos primordial apresentar aos nossos leitores um esquema que indica os espaços e as edificações de ruínas, assim como de edificações da antiga Vila Paranoá. Observemos a Figura 1 e o Quadro 1.

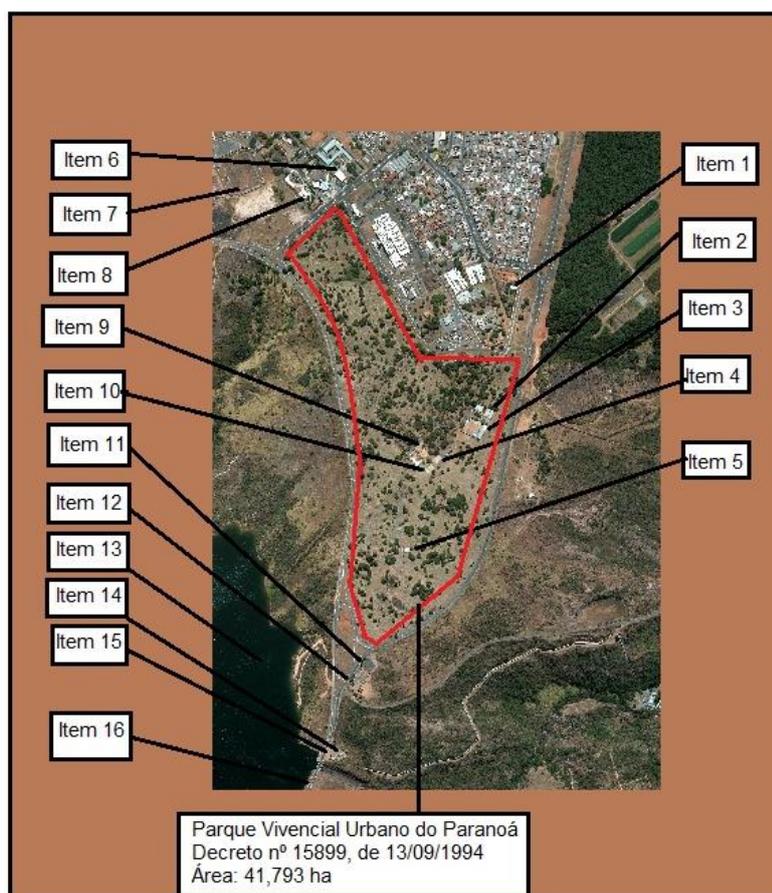


Figura 1: Localização das antigas edificações e ruínas da Vila Paranoá (dentro e fora do Parque Vivencial)

Item	Descrição da foto
01	Grupo Espírita Irmão Estevão
02	Antigo Posto de Saúde (Localizado dentro do Parque Vivencial)
03	Antigo Escola Classe 01 do Paranoá (Escola de Lata) - (Localizado dentro do Parque Vivencial)
04	Antiga instalação da Legião Brasileira de Assistência – LBA, na Vila Paranoá. (Atualmente em estado de abandono e ruínas dentro do Parque Vivencial)
05	Igreja São Geraldo - Tombada como Patrimônio Cultural e Artístico do DF (Atualmente em estado de abandono e ruínas dentro do Parque Vivencial)
06	Antiga Escola Classe 02 do Paranoá (Atualmente no espaço funciona o Centro de Ensino Fundamental 1, com estrutura mais moderna)
07	Campo de Futebol da Antiga Vila Paranoá - Atual Estádio de Futebol do Paranoá, fora do perímetro do Parque Vivencial)
08	Centro Social João Paulo II (fora do perímetro do Parque Vivencial)
09	Prédio do Posto Policial na Antiga Vila Paranoá (Atualmente é utilizado como Administração do Parque Vivencial)
10	Quadra Esportiva que pertencia ao Centro de Ensino 01 do Paranoá (Escola Velha) (Atualmente em uso ao lado Coreto no Parque Vivencial)
11	Quartel dos Bombeiros da antiga Vila Paranoá, na entrada Sul da cidade, atualmente abandonado e em estado de ruínas.
12	Guarita de acesso a Usina Hidrelétrica da Barragem do Lago Paranoá
13	Lago Paranoá
14	Churrascaria do Paranoá - Antigo Prédio que existe desde fundação do Paranoá, em 1957, com a construção da Barragem do Lago.
15	Guarita da Barragem do Lago
16	Barragem do Lago Paranoá

Quadro 1: Localizações indicadas na figura 01

Fonte: Legenda elaborada pelos autores. Fotografia do Geoserviço CODEPLAN.

Realizamos os trabalhos de campo tendo como foco de observação os espaços delimitados do Parque Urbano do Paranoá e seus entornos. Procuramos identificar e obter dados e documentos, bem como atualizar os registros fotográficos de locais, captação de depoimentos gravados e filmagens. Nessa trajetória de pesquisa, com o material produzido em pinturas e versos, promovemos exposições em memória à Vila Paranoá, intitulado Projeto Memorial em Mil Cores.

A exploração de documentos datados a partir de 1956, os quais continham endereços das antigas moradias e de comércios locais, cartazes de eventos culturais e comícios de protestos, panfletos, jornais comunitários e jornais do Distrito Federal conseguiram nos dar uma projeção da dimensão cotidiana da vida, da existência, da resistência, e da luta dos moradores da Vila.

Resgatando a história da Vila Paranoá: uma análise documental

As informações relativas à origem da Vila Paranoá e sua história podem ser evidenciadas através dos documentos oficiais do Governo, conforme destacamos a partir dos dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) 2015, realizada pela Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN) em que relata a origem da Vila Paranoá como acampamento dos pioneiros que trabalharam na construção da Barragem do Lago Paranoá em 1957, marco da fundação da Vila como cidade, registrada no documento de 1964, como integrada a VII Região Administrativa do DF, por meio da Lei 4545/1964.

A população da Vila Paranoá, no ano de 1960, ainda figurando como acampamento, constituía-se com o total de três mil moradores e aproximadamente 800 barracos que compunham o conjunto de assentamento de moradas próximo à Barragem do Lago Paranoá.

Faz-se importante registrar que a Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 14 de dezembro de 1964, tornou-se em documento que formaliza a criação das oito Regiões Administrativas do Distrito Federal e dentre estas, curiosamente a Vila Paranoá já se configurava como a VII Região Administrativa do Distrito Federal - Taguatinga, Planaltina, Sobradinho, Brazlândia, Gama, Jardim, Paranoá e Brasília. No entanto era tratada como uma das maiores ocupações irregulares do Distrito Federal (DF).

Somente após três décadas de resistência e de luta popular por direito à moradia digna, em 1988, a Vila foi reconhecida pelo poder público por meio do Decreto nº 11.208, de 17 de agosto de 1988, publicado no DODF de 18 de agosto de 1988, assinado pelo então Governador José Aparecido de Oliveira:

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e

Considerando a necessidade de criar condições que possibilitem a implementação de melhorias urbanas gradativas que resultem numa maior qualidade do “habitat” urbano na Vila Paranoá cujas as origens remontam a construção de Brasília;

Considerando o direito da população local em ter acesso a níveis crescentes e qualidade de vida, através da implantação e ampliação de infraestrutura básica, de serviços urbanos e da construção de equipamentos comunitários;

Considerando as recomendações do Grupo Consultivo da Política Habitacional para Populações de Baixa Renda, em documento aprovado em fevereiro de 1986. (DODF, 1988)

No ano de 1989 houve a mudança de governador no Distrito Federal, o qual passou a ter como gestor Joaquim Domingos Roriz, nomeado pelo Presidente da República José Sarney. Apesar da Vila Paranoá já se configurar como VII Região Administrativa (RA), de acordo com Lei nº 4.545/1964 e ter conquistado a fixação por meio do Decreto nº 11.208/1988, o novo governador publicou o Decreto nº 11.921, de 25 de outubro de 1989, fixando novos limites para as Regiões Administrativas e ampliando o número de RA de oito para doze, assim como estabeleceu a transferência dos moradores da Vila Paranoá para área vizinha.

Com essas posições oficiais é iniciada a desconstrução e remoção da Vila Paranoá e suas famílias para a área vizinha, coberta com vegetação de pinheiros e desmatada. A Vila Paranoá foi desocupada de maneira abrupta, da noite para o dia, ficando no local algumas edificações, ruínas, árvores, trilhas, caminhos, que evidenciam até hoje, nitidamente, o que um dia fora o acampamento pioneiro. Vestígios sutis para a reconstrução da memória afetiva dos quintais da Vila.

No processo de remoção, uma pequena parcela dos antigos moradores se organizou e resistiu à pressão do governo e assim conseguiram ficar em localização próxima à antiga área. Esses lotes eram maiores do que os demais e, na atualidade, constituiu-se o que se denomina “Quadra 2” do Paranoá.

A partir da mobilização e pressão, junto ao GDF, a população conquista o ato de tombamento da Igreja São Geraldo como Patrimônio Cultural e Artístico, por meio do Decreto nº 15.156/1993, bem como o reconhecimento parcial da antiga área residencial da Vila como Parque do Paranoá, por meio do Decreto nº 15.899/1994, de forma a preservar os vestígios e fragmentos da história do local. As forças internas que lideravam os movimentos intensos de lutas e resistência dos moradores foram suas próprias institucionalidades:

- Associação de Moradores da Vila Paranoá;
- Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá;
- Membros da Paróquia;
- Projetos sociais;

- Universidade de Brasília (UnB);
- Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); e
- Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Essa série de instituições que se mobilizou em defesa dos direitos dos moradores permitiu a sonhada fixação da Vila por meio do Decreto nº 11.208, de 17 de agosto de 1988, publicado no DODF, em 18 de agosto de 1988, página 1-2, assinado pelo então Governador de Brasília José Aparecido de Oliveira.

O processo de transferência das famílias para o loteamento que durou até meados de 1995 provocou total esvaziamento da área conhecida como Antiga Vila Paranoá, descaracterizando e desconstruindo o núcleo habitacional e as relações de vizinhança e convivência coletiva e afetiva de décadas, restando apenas algumas edificações como: Igreja São Geraldo, Legião Brasileira de Assistência (LBA), Posto Policial, Escola Classe 01 – denominada afetivamente pelos moradores “Escola de Lata” – e Posto de Saúde. As árvores dos quintais e ruínas evidenciam todo o cotidiano de luta, resistência e história de gerações, abrigadas, na atualidade, no Parque do Paranoá e em outras áreas do entorno.

De acampamento operário a patrimônio artístico e cultural do Distrito Federal

A madeira, o tijolo, a diversidade cultural, as diversas expressões da cultura popular, lugares, pessoas, memórias, cheiros, pedras, árvores, caminhos percorridos, histórias dos que já viveram no Planalto Central anteriores a chegada dos candangos e pioneiros da construção, a vida na periferia e as possíveis transversalidades compõem o patrimônio cultural material e imaterial, assim como, tomando em paralelo, os monumentos e postais de Brasília.

É com essa carga emocional e de pertencimento que a pesquisa se desenvolve, contrapondo a história oficial da construção de Brasília, com a história dos operários e das pessoas comuns da Vila, àquelas que carregam os Brasis para o território de Brasília apontando argumentos fundamentados na força coletiva da ancestralidade e no desejo de pertencimento à história, como sujeitos que compõem a memória, mais precisamente, a memória ainda viva dos moradores da Vila Paranoá. Nesse sentido, gostaríamos de dialogar com a fala de Gilene Maria, moradora do Paranoá, contida no livro *Patrimônio nas Ruas* (NUNES, 2005, p. 142) que diz em entrevista: “Olha, em si,

eu já vejo que Paranoá já é um patrimônio histórico. Paranoá foi nascida de uma luta. Não foi, assim de uma hora para outra ou porque fulano ou beltrano quis”. Fica também minhas indagações, a respeito do tema, o porquê ainda os vários núcleos de pioneiros como o Paranoá, passados seis décadas, efetivamente ainda são pouco cuidados como patrimônio e recorte da história da Capital?

Importante salientar que ao nos referirmos à Vila Paranoá e à memória local como patrimônio material e imaterial, buscamos amparo nos conceitos que versaram a disposição constitucional em seu artigo 216: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988).

O conceito de patrimônio material e imaterial definido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) estabelece que o patrimônio cultural de um povo seja formado pelo conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade desse povo. O patrimônio material é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, conforme os quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. O patrimônio imaterial é constituído por bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas).

O conceito de bens materiais e imateriais constante na legislação do DF não difere da legislação federal e dos princípios contidos na Constituição Federal, ajusta-se à realidade local e à recente história de Brasília e, por conseguinte, às histórias das diversas Regiões Administrativas, principalmente as que fazem parte dos núcleos históricos que se constituíram no período da construção da cidade.

A temática do trabalho acadêmico desenvolvido é uma continuidade do trabalho que fazemos por mais de três décadas como artista plástico, retratando cenas de pessoas comuns, de nossa experiência vivida na Vila Paranoá, é fruto da memória coletiva, sendo mais uma contribuição que deseja somar e inspirar outras pessoas ou pesquisadores a se interessar pela história da cidade do Paranoá e a origem relacionada à construção da Capital brasileira.

Fazendo uso da metodologia documental e etnográfica, reunimos fotos, documentos e relatos que nos permitiram rememorar a origem da Vila Paranoá, nomes das ruas, lugares, memória coletiva, pessoas, acontecimentos de um tempo, podendo ser fonte para outras pesquisas de um território carregado de memórias, um grande quintal de conhecimento e pertencimentos, capaz de provocar movimentos na perspectiva da economia da cultura como gerador de fluxos turísticos, ampliando a oferta de lazer e cultura para a população de Brasília e visitantes.

Iconografia e voz do invisível

Os documentos oficiais e os relatos dos que vivenciaram os fatos decorrentes da transferência da Vila Paranoá foram registrados de maneiras distintas, não apenas nas nossas obras artísticas como também no imaginário poético de moradores, os quais nos instigaram a refletir, possibilitando resgatar a história em forma de memorial. Trazemos como referência o belo, saudosista e amoroso depoimento, na íntegra, composto em forma de poema e acrescido de textos. Poema e textos que descrevem com leveza e clareza os fatos sobre a mudança espacial da Vila no ano de 1989, sob a autoria da poetisa e professora Isabel de Castro.

Lembranças feitas de mil cores
Menina de pés descalços,
Cabelo pixaim ao vento,
Olho roxo, pernas arranhadas,
Correndo, soltando pipa,
Subindo nos telhados e cercas
Dos barracos de mil cores,
Colcha de sonhos artesanal
Construída por brasileiros
Vindos de todo o país.

A primeira lembrança que me vem quando relembro da nossa chegada ao Paranoá, é a imensidão do cerrado, cercado nosso barraco azul, com seus pés de pequi, bacupari, cagaita, mangaba, araticum e tantas outras árvores, no qual nos perdíamos, crianças socialmente pobres, porém livres na riqueza de uma infância desfrutada de forma ímpar, com brincadeiras trazidas de Serra Dourada, sertão baiano, da Vila do IAPI, da Vila Esperança e da Ceilândia, moradas anteriores.

Brincando de esconde-esconde

Chicotinho queimado,
Futebol de rua,
Jogando pião,
Bolinha de gude.
Brincando de garrafão,

Sempre com os meninos da rua:

Gezin, Quito, Juscelino,
Gersion, Marcion, Rivelino,
Chico, Marcione, Marivaldo,
Elza, Nestor, Vanderlino,
Rosa, Fau, Lurdes, Delsione,
Márcia, Helena, Niquinho, Marcione,
Judite, Valdir, Leonice, Badia, Eliane.

Crescemos participando de toda a vida latente de nossa comunidade. Vimos crescer a cidade. A cada ano mais “invasões”, como diziam os governantes, ou “posse urbana”, como aprendemos na construção de nossa cidadania.

Perplexos e surpresos vimos nosso Cerrado ser gradativamente substituídos pelos pinheiros, ação à qual a Proflora deu o nome de reflorestamento.

Lembro-me muito bem da alegria e do aconchego que emanavam do Velho Paranoá: barracos cobertos de tinta, como um quadro caprichosamente pintado com o uso de cor-de-rosa, verde, azul, amarelo e todas as cores do mundo.

Pelas circunstâncias fomos arrancados do nosso pedaço de chão, tivemos que abandonar nossos pés de manga, de limão, de banana. Os nomes das ruas, São João, Silva, Souza, etc., foram substituídos por números de quadras. Perdemos um pouco de nossa identidade.

É uma surpresa muito grata, saber que os nossos sonhos e lembranças de infância estão sendo eternizados em forma de arte nos quadros de meu irmão Gersion, que viveu todas as aventuras naquele pedacinho de paraíso que foi a Vila Paranoá e que hoje é o Parque Vivencial do Paranoá. É bom saber que, apreciando seus quadros, teremos a visão de nossa infância e a liberdade vivida nos tempos idos.

Hoje brilha em nós o reflexo
Do que foi nossa infância
Nas ruas empoeiradas
Dos barracos de mil cores
Da luta por água na bica
E tantas outras lembranças
Que estão guardadas em nós.
(CASTRO SILVA, 2009, p. 70)

O teor poético foi de grande contribuição ao resgate, compreensão e sentimento comum ao tema e problemática trabalhada em nossa pesquisa. Consideramos importante reafirmar que, mesmo tendo passadas três décadas de desocupação da Antiga Vila Paranoá e tendo parte da área se transformado em Parque do Paranoá, ainda assim as lembranças vivem nas memórias dos antigos moradores que lá viveram, seja pelas trilhas e caminhos que lá ficaram marcados, seja pelos laços de amizade, árvores plantadas, afeto, que guardam, em sua essência; histórias dos lugares e pessoas que enobrecem a luta por moradia, por dignidade, por reconhecimento como núcleo de pioneiros da construção de Brasília reafirmados em dois outros depoimentos colhidos nos contatos recentes.

A senhora SR¹, em diálogo relatou que morou na Rua São Jorge, próxima a Rua Santo Antônio, conhecida como “Vila do Sapo”, com orgulho afirma que seu pai, o senhor SLS², trabalhou como operário da construção da barragem do Lago Paranoá:

Meus pais são de Goiás (Formosa), porém meu pai veio primeiro, para ajudar a construir a barragem, em meados de 1958. Mamãe só veio em 1963, após casar com meu pai. Nessa época eles foram morar na Vila Piauí, ao lado da obra. Depois da finalização da barragem, eles subiram para a nova área, onde nasceria nossa Vila Paranoá. (SR¹).

A senhora EM³, descreve a vinda de sua família para a Vila nos anos 70:

Minha família morava no Núcleo Bandeirante de aluguel. Minha mãe era diarista no Lago Norte e ficou sabendo através do patrão que estava acontecendo uma invasão próxima ao lago Paranoá. Assim começou a vida na invasão. Segundo meu irmão foi, precisamente, no dia 15 de outubro de 1972. (EM³).

E um bate-papo de filmagem, no Parque Urbano, ao lado de um enorme pé de manga, no exato lugar onde situava a casa de Edson Vaz, artista plástico, educador ambiental e artesão, ele diz, com emoção:

Vim do Rio de Janeiro nos anos oitenta, inicialmente morei na casa de meu tio na Rua Alta Tensão, depois casei e fui morar na Rua Araújo, nº1750....a convivência na Vila era uma harmonia muito grande, parecia uma cidade do interior...O Paranoá guarda muito isso, sabe...as recordações da nossa cidade, do quintal de nossa casa era muito bacana porque a gente vivia isso com amor...mesmo com tantas dificuldades, para a gente hoje, as pessoas que moraram aqui, essa história é importante, para mim é importante....A gente não pode esquecer-se de onde viemos, o Parque Urbano que foi a Vila, guarda nossas histórias de vida, nele estão as trilhas, caminhos percorridas e árvores que plantamos (EDSON VAZ, 2018).

¹ Os nomes das pessoas entrevistadas foram registrados apenas com a inicial e acrescentado um número acima, mostrando a ordem das entrevistas.

A Vila Paranoá tem muitas histórias e fizemos apenas uma síntese, devido às limitações, explanando a história da Vila onde hoje é o Parque Urbano, de forma a construir, de forma etnográfica, documental e vivência, trazemos um mapa iconográfico e espacial do local e do cotidiano de luta, vivência e resistência, desde sua origem, em 1957, até se transformar em Parque Urbano. Nesse sentido, a Figura 2 é um produto resultante de mapeamento que retrata a amostragem de antigas ruas da Vila Paranoá.

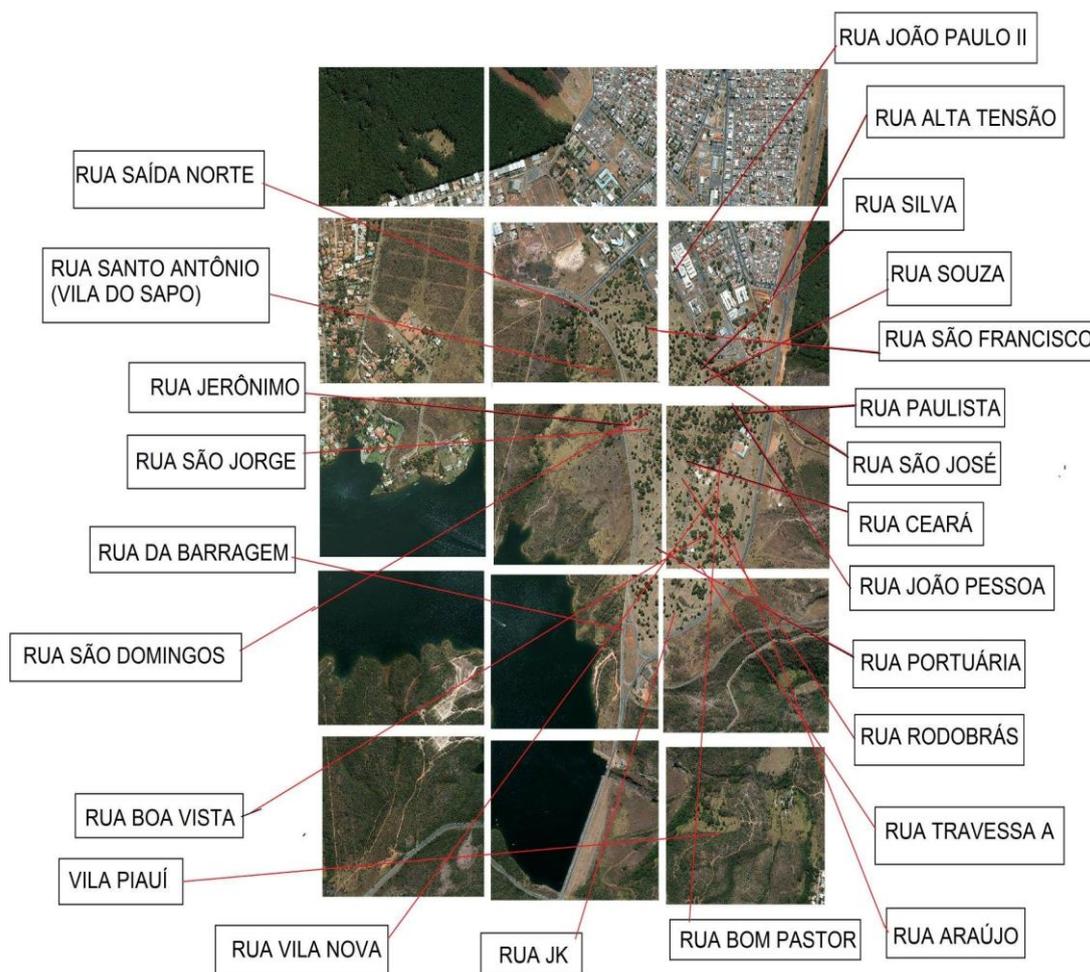


Figura 2: Reconstituição espacial das ruas da Antiga Vila Paranoá
Elaboração feita pelos autores. Fotografia do Geoserviço CODEPLAN

Logo a seguir, apresentamos nossas considerações finais, mas antes, para situar quem não conhece a região, consideramos importante reafirmar que o Paranoá é a VII Região Administrativa do Distrito Federal, desde 1964, de acordo com a Lei nº 4545/1964, fundada em 1957 e até 1991. Configurou-se como um lugar sem infraestrutura e urbanização. Atualmente tem 62 anos de existência, é urbanizada, e

está situada logo ao lado da Barragem do Lago com o mesmo nome, tem uma área de 851,94 km², deste, 53000 hectares considerada uma área rural é a segunda maior produtora rural do DF. Possui uma população com mais de 62000 habitantes, segundo dados oficiais da Administração Regional do Paranoá.

Considerações finais

Na narrativa visual, como suporte para o registro do cotidiano da Vila, procuramos evidenciar as peculiaridades da memória como referencial das histórias pessoais e coletivas que contribuem, direta ou indiretamente, para a promoção do patrimônio cultural do Paranoá. Como resultado do trabalho de registro e memória, no que nos propusemos a realizar, destacamos dois pontos norteadores os quais trabalhamos para resolução do problema apresentado inicialmente.

O primeiro se constitui da organização da memória imagética e documental a fim de traçarmos, como referência histórica, a linha do tempo na construção da barragem e em decorrência, a formação da Vila Paranoá e sua remoção. Assim, sistematizar o acervo documental para que em futuro próximo seja possível disponibilizar para consulta pública. O segundo resultado decorre da sistematização de informações que construímos nos anos de trabalho no terreno e que pudemos observar ser necessárias para a construção do mapa afetivo da Vila Paranoá.

Com essa investigação conseguimos nos aproximar mais da história espacial da Vila Paranoá. Essa cidade que se tornou invisível, em função da dinâmica urbana de Brasília e de seus conflitos políticos pelo uso do território. Essa aproximação tornou possível oferecer para a sociedade um mapa afetivo da Vila Paranoá e seus quintais de memórias. Essa proposta se insere no contexto da valorização do espaço e de suas histórias. É a forma de abrir um diálogo para se (re)pensar a urbanização e as políticas públicas nesse campo. Assim acreditamos que em redes colaborativas poderemos construir utopias que se transformem em ações concretas. Aqui começa a se materializar a possibilidade de se “construir” quintais de memórias por meio da educação formal, de um centro de referência, físico e virtual e, da constituição de uma rede de amigos para apoio da história e memória do Paranoá. Dessa forma, acreditamos ter contribuído no sentido de aprofundar o debate em tela, bem como termos inspirado novas pesquisas que possam promover maior compreensão da realidade espacial da Capital Federal.

Invisible city: affective map of Vila Paranoá and their memory backyards

Abstract: The work aims to constitute an Affective Map of Vila Paranoá and its Memory Yards, having as reference the topical order, starting from the people and their places, in appreciation of the patrimonial education centered in the history of the inhabitants of the old Vila Paranoá. For three decades the candangos workers and residents of Vila Paranoá, the remnant camp of the construction of the Lake Paranoá Dam, fought for the right to housing and recognition of the area. In 1989, with the change of governor in the Distrito Federal, was passed the decree that among other measures established the transfer of the population from Vila Paranoá to neighboring area, a fact that was an affront to the residents. The process of transferring the families to the subdivision caused the area known as Vila Paranoá to be emptied. As a result, the Housing Center was deconstructed and deconstructed, as well as the neighborhood and collective and affective relations that had been consolidated over decades. The result of this dynamic was a scenario of only a few remaining buildings. The trees of the backyards and the ruins show all the daily struggle, resistance and history of generations, which are currently sheltered in Paranoá Park, as well as in other surrounding areas.

Keywords: Memory. Patrimony. Vila Paranoá. Memory Backyards.

Ciudad invisible: mapa afectivo de Vila Paranoá y sus patios de memoria

Resumen: El trabajo pretende constituir un Mapa Afectivo de Vila Paranoá y sus Patios de Memoria, teniendo como referencia el orden temático, a partir de las personas y sus lugares, en apreciación de la educación patrimonial centrada en la historia de los habitantes de la antigua Vila Paranoá. Durante tres décadas, los trabajadores de candangos y los residentes de Vila Paranoá, el campamento remanente de la construcción de la presa del lago Paranoá, lucharon por el derecho a la vivienda y el reconocimiento del área. En 1989, con el cambio de gobernador en el Distrito Federal, se aprobó el decreto que, entre otras medidas, establecía el traslado de la población de Vila Paranoá al área vecina, hecho que fue una afrenta para los residentes. El proceso de transferir a las familias a la subdivisión provocó el vaciado del área conocida como Vila Paranoá. Como resultado, el Centro de la Vivienda fue deconstruido y deconstruido, así como las relaciones vecinales y colectivas y afectivas que se habían consolidado durante décadas. El resultado de esta dinámica fue un escenario de solo unos pocos edificios restantes. Los árboles de los patios traseros y las ruinas muestran toda la lucha diaria, la resistencia y la historia de las generaciones, que actualmente están protegidas en el Parque Paranoá, así como en otras áreas circundantes.

Palabras clave: Memoria. Vila Paranoá. Patios de Memoria.

Referências

AUDRA, Helmut. **Varnhagen e a ideia da mudança da capital brasileira**. In Revista de história, v. 39, n. 79, p. 139-154, 1969. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/128821> Acesso em: 18 set. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 11.208**, de 17 de agosto de 1988.

_____. **Decreto nº 11.921**, de 25 de outubro de 1989.

_____. **Decreto nº 15.156**, de 27 de outubro de 1993. Publicado no DODF de 29 de outubro de 1993.

_____. **Decreto nº 15.899**, de 12 de setembro de 1994. Publicado no D.O.D.F Ano XVIII nº 178, de 13 de setembro de 1994.

_____. **Lei Distrital Complementar Nº 265**, de 14 de dezembro de 1999.. Diário Oficial do Distrito Federal, 23 de dezembro de 1999.

_____. Ministério da Cultura. Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011 – 2014. Brasília, 2011. 156 p.

COSTA, Fernando Braga da. **Homens invisíveis: relato de uma humilhação social**. Globo Livros, 2004.

CASTRO SILVA, Gersion de. **Paranoá em quadros e versos** - Um outro olhar sobre Brasília. Edição: 1, 2009.

DOCUMENTÁRIO historiográfico em vídeo. Brasília: NECOIM-CEAM – DEX/UnB, FAP-DF, IPHAM E DePHA – SCE – GDF, 1998.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

COSTA, Maria Elisa. **Lúcio Costa: inventor de Brasília** / Maria Elisa. – São Paulo: ECidade, 2013.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Educação Patrimonial: Inventários Participantes**. Manual de Aplicação – Iphan. Brasília-DF, 2016.

JORNAL COMUNITÁRIO. **Nossa luta nossa comunidade**. Ano I. nº 2 – Fevereiro e Março de 1986 - Associação de Moradores do Paranoá

JORNAL DO PARANOÁ. Nº 03 Outubro de 1988. CEDEP.

_____. Ano I. Setembro de 1988. CEDEP.

JORNAL Nº 17/2002 **Arte para Todos**. Secretaria de Estado da Cultura/Governo do Distrito Federal. Museu vivo da Memória Candanga: Lugar de Patrimônio, História e Arte Popular. Brasília, 2002.

MADEIRA, Angélica. **A cidade e suas feiras: um estudo sobre as feiras permanentes de Brasília** / Angélica Madeira, Mariza Veloso – Brasília-DF: Iphan / 15ª Superintendência Regional, 2007.

MOURÃO, Tania Fontenele. **Poeira e batom no Planalto Central: 50 mulheres na construção de Brasília** / Tania Fontenele Mourão e Monica Ferreira Gaspar de Oliveira. – Brasília, 2010.

NUNES, José Walter. **Patrimônios Subterrâneos em Brasília**. Editora: Annablume. Edição: 1, 2005.

OLIVEIRA, Heloisa Gama de. Construindo com a paisagem. In: **Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar**. (Org.) MURTA, Maria Estela. ALBANO, Celina. Belo Horizonte: Editora UFMG; Terra Brasilis, 2002.

PDAD, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios, 2015. CODEPLAN: Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central, Brasília-DF, 2015.

SOUZA, Jessé. A invisibilidade da desigualdade brasileira. Editora UFMG, 2006.

Sobre os autores

Gerson de Castro Silva - Especialista em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico, lato sensu – a distância, do Programa de Pós-graduação em Arte-PPG-Arte, Instituto de Artes da Universidade de Brasília.

Sidelmar Alves da Siva Kunz - Doutor em Educação pela Universidade de Brasília - UnB e Pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

Sandra Regina Santana Costa - Doutora em Psicologia pelo Programa de Desenvolvimento Humano e Saúde (PG-PDS) do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (UnB/2016). Mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília (UCB).

Recebido para publicação em setembro de 2019

Aceito para publicação em maio de 2019